



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada no fornecimento de 4 (quatro) cartões alimentação e 1 (um) cartão refeição, na modalidade cartão eletrônico, nos valores de R\$ 55.000,00; R\$ 20.000,00; R\$ 15.000,30; R\$15.000,00 e R\$ 20.000,00 respectivamente, conforme especificações a seguir:

- I. Um cartão alimentação, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) de crédito (incluindo a taxa de administração), devendo estar aposto o nome TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE/SC, destinado à SECRETARIA JUDICIÁRIA, destinado à Seção de Preparação, Acompanhamento e Registro das Sessões Plenárias, designada fiscal do contrato, cuja competência compreende a gestão do contrato, desde sua execução até o seu recebimento.
- II. Um cartão alimentação, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de crédito (incluindo a taxa de administração), devendo estar aposto o nome TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE/SC, destinado à ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL – EJESC/SC, designada fiscal do contrato, cuja competência compreende a gestão do contrato, desde sua execução até o seu recebimento.
- III. Um cartão alimentação, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 15.000,30 (quinze mil reais e trinta centavos) de crédito (incluindo a taxa de administração), devendo estar aposto o nome TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE/SC, destinado à SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, destinado à Seção de Desenvolvimento Organizacional, designada fiscal do contrato, cuja competência compreende a gestão do contrato, desde sua execução até o seu recebimento.
- IV. Um cartão alimentação, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) de crédito (incluindo a taxa de administração) e um cartão refeição, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de crédito (incluindo a taxa de administração), devendo estar aposto o nome TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE/SC, destinada à Seção de Apoio Administrativo, fiscal do contrato, cuja competência compreende a gestão do contrato, desde sua execução até o seu recebimento.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Adquirir gêneros alimentícios para fornecimento de lanche, em caráter eventual, aos Juízes e membros do Ministério Público atuantes no TRESC, e, também, aos servidores deste Tribunal que participarem de eventos de capacitação promovidos pelo TRESC, bem como o fornecimento de alimentação aos servidores que prestarem serviço extraordinário aos sábados, domingos e feriados, nos períodos autorizados para a adoção do regime extraordinário.

2.2. Objetivos e Benefícios

O pleno atendimento ao objeto das Portarias P. n. 192/2016 e n. 212/2017.

2.3. Alinhamento Estratégico

OEPI1 e SGP3 (ordinário)

MISSÃO, OERS1 e SGP3 (extraordinário)



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Juntado aos autos do PAE n. 35.312/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

De acordo com os registros da Seção de Apoio Administrativo referentes aos atendimentos às demandas por lanches e/ou almoços e tendo por base os preços médios praticados nos estabelecimentos próximos ao TRESA, os valores dos cartões indicados no item 1 são suficientes ao atendimento das demandas originadas da Portaria P n. 192/2016, pelo período de 1 ano, e da Portaria P. n. 212/2017, nos períodos autorizados para a adoção do regime extraordinário, no ano de 2022.

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa especializada no fornecimento de 4 (quatro) cartões alimentação e 1 (um) cartão refeição, na modalidade cartão eletrônico, nos valores de R\$ 55.000,00; R\$ 20.000,00; R\$ 15.000,30; R\$ 15.000,00 e R\$ 20.000,00 respectivamente, conforme especificações a seguir:

- I. Um cartão alimentação, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) de crédito (incluindo a taxa de administração), devendo estar apostado o nome TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE/SC, destinado à SECRETARIA JUDICIÁRIA, destinado à Seção de Preparação, Acompanhamento e Registro das Sessões Plenárias, designada fiscal do contrato, cuja competência compreende a gestão do contrato, desde sua execução até o seu recebimento.
- II. Um cartão alimentação, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de crédito (incluindo a taxa de administração), devendo estar apostado o nome TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE/SC, destinado à ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL – EJESC/SC, designada fiscal do contrato, cuja competência compreende a gestão do contrato, desde sua execução até o seu recebimento.
- III. Um cartão alimentação, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 15.000,30 (quinze mil reais e trinta centavos) de crédito (incluindo a taxa de administração), devendo estar apostado o nome TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE/SC, destinado à SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, destinado à Seção de Desenvolvimento Organizacional, designada fiscal do contrato, cuja competência compreende a gestão do contrato, desde sua execução até o seu recebimento.
- IV. Um cartão alimentação, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) de crédito (incluindo a taxa de administração) e um cartão refeição, na modalidade cartão eletrônico, no valor correspondente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de crédito (incluindo a taxa de administração), devendo estar apostado o nome TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE/SC, destinada à SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO, fiscal do contrato, cuja competência compreende a gestão do contrato, desde sua execução até o seu recebimento.

2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10. Parcelamento e Adjudicação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A divisão do objeto é técnica e economicamente viável.

A adjudicação será por item.

ITEM	CARTÃO	VALOR
1	Cartão Alimentação para SECRETARIA JUDICIÁRIA - CAP	R\$ 55.000,00
2	Cartão Alimentação para EJESC	R\$ 20.000,00
3	Cartão Alimentação para SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - CDO	R\$ 15.000,30
4	Cartão Alimentação para SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO	R\$ 15.000,00
5	Cartão Refeição para SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO - Eleições	R\$ 20.000,00

2.11. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será o que apresentar o menor preço e apresentar proposta com todos os requisitos solicitados neste projeto básico.

2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

A licitação deverá ser por meio de pregão eletrônico, do tipo menor preço.

2.13. Impacto Ambiental

Não se aplica a esta contratação.

2.14. Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações da Proponente



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Recomenda-se verificar os requisitos de habilitação apresentados nesse Projeto Básico antes da apresentação da proposta.

2.16. Obrigações da Contratante

2.16.1 efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;

2.16.2 promover, através de seus representantes, os titulares das Unidades que receberão os respectivos cartões alimentação ou seus substitutos, ou seus superiores imediatos, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.17. Obrigações da Contratada

2.17.1. manter o cartão válido enquanto nele houver crédito;

2.17.2. liberar o uso do saldo total do cartão sem impor limite diário de gastos/pagamentos;

2.17.3. apresentar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento do contrato devidamente assinado, a relação de, pelo menos, 15 (quinze) estabelecimentos (padarias e/ou lanchonetes, restaurantes e supermercados) credenciados, no Centro de Florianópolis, para o recebimento do cartão alimentação e do cartão refeição;

2.17.4. entregar os cartões no Edifício Anexo I do TRESC, localizado na Rua Esteves Júnior, 80, no Centro de Florianópolis/SC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do Contrato, devidamente assinado pelos representantes do TRESC. Eventual segunda via deverá ser entregue no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da comunicação do fato (perda/furto/roubo);

2.17.5. oferecer sistema de atendimento que permita consulta *online* de saldos e extratos, bem como apresente opção, via telefone e/ou internet, de bloqueio de cartão e pedido de reemissão, em caso de perda, furto ou roubo;

2.17.6. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC; e

2.17.7. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.11. Requisitos Técnicos

Conforme descrito no item 2.8.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

14109

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 1º de setembro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

Trata-se de objeto complexo, envolvendo um gestor e vários executores do contrato (fiscais do contrato).

I - A Gestão seguirá com o Chefe da Seção de Apoio Administrativo ou seu substituto, o qual terá a responsabilidade por acompanhar e controlar o processo de gestão contratual desde a formalização até o encerramento do contrato.

II - Como Fiscais do contrato: a) Seção de Preparação, Acompanhamento e Registro das Sessões Plenárias, na pessoa do chefe da seção ou seu substituto; b) ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL – EJESC/SC, na pessoa da(o) Secretária(o) da seção ou seu substituto e, c) Seção de Desenvolvimento Organizacional, na pessoa do chefe da seção ou seu substituto.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

1.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio dos **Fiscais do Contrato**, quais sejam, o servidor titular da Secretaria Judiciária ou aquele, do seu quadro, indicado para a função, o servidor titular da Escola Judiciária ou aquele, do seu quadro, indicado para a função, o servidor titular da Secretaria de Gestão de Pessoas ou aquele, do seu quadro, indicado para a função e, conforme item 3.2 dos Estudos Preliminares.

1.1.2. O acompanhamento de que trata o subitem 1.1.1 não eximem a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste projeto básico.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento do contrato devidamente assinado, a relação de, pelo menos, 15 (quinze) estabelecimentos (padarias e/ou lanchonetes, restaurantes e supermercados) credenciados, no Centro de Florianópolis, para o recebimento do cartão alimentação e do cartão refeição.

Entregar os cartões no Edifício Anexo I do TRESC, localizado na Rua Esteves Júnior, 80, no Centro de Florianópolis/SC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do Contrato, devidamente assinado pelos representantes do TRESC. Eventual segunda via deverá ser entregue no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da comunicação do fato (perda/furto/roubo);

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora da licitação.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

1.5.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor.

1.5.2 Ao Gestor, fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens das especificações constantes do Projeto Básico.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.5.3 O acompanhamento de que trata o subitem 1.5.1 não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste projeto básico.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 06 (seis) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.